

SUMÁRIO

Capítulo 1 – LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL

1.1 Vigência da lei	43
1.1.1 A <i>vacatio legis</i>	44
1.1.2 Hipótese de erro no texto da lei	46
1.1.3 Vigência da lei brasileira nos Estados estrangeiros para fins de aplicação do direito pátrio	46
1.2 Duração da lei	47
1.2.1 O costume pode revogar uma lei?	48
1.2.2 Revogação (ab-rogação) e derrogação	49
1.2.3 Revogação tácita	50
1.2.4 Coexistência da lei anterior e da lei nova	51
1.2.5 Revogação da Constituição	51
1.2.6 Revogação de tratados	52
1.2.7 Repristinação	53
1.2.8 Obrigatoriedade da lei	53
1.3 Omissão da lei e integração do direito	54
1.3.1 O dogma da completude	55
1.3.2 Métodos de integração e fontes do direito	57
1.3.2.1 Método da heterointegração	57
1.3.2.2 Método da autointegração	59
1.4 Aplicação da lei	61
1.4.1 O direito positivo	62
1.4.2 O papel do jurista	62
1.4.3 O bem comum	64

1.4.4 A unidade do direito, os princípios fundamentais e a aplicação da lei	65
1.5 Direito intertemporal: aplicação da lei no tempo	68
1.5.1 Os diferentes modos de ação da lei no tempo	69
1.5.2 Retroatividade da lei nova	69
1.5.2.1 A teoria dos direitos adquiridos	70
1.5.3 Efeitos imediatos da lei nova	72
1.5.4 Sobrevida da lei antiga	73
1.5.5 A natureza diversa das diferentes relações jurídicas	74
1.5.6 Leis relativas à constituição ou extinção de uma situação jurídica	75
1.6 Disposições de direito internacional privado	77
1.6.1 Direito que rege o estatuto pessoal	77
1.6.2 Direito aplicável ao casamento	79
1.6.3 Casamento celebrado no estrangeiro: validade no Brasil	80
1.6.4 Direito aplicável ao regime de bens no casamento	82
1.6.5 Direito aplicável aos bens	83
1.6.6 A lei que rege as obrigações	84
1.6.6.1 Determinação do lugar onde é constituída a obrigação ...	85
1.6.7 Direito aplicável à sucessão por morte ou por ausência	85
1.6.8 Capacidade das pessoas jurídicas e legitimidade para adquirir bens imóveis	86
1.6.9 Lei aplicável às sociedades, associações e fundações	88
1.6.10 Competência da autoridade judicial brasileira	89
1.6.11 A questão da prova de fatos ocorridos no estrangeiro	90
1.6.12 Execução de sentença estrangeira	92
1.6.13 Aplicação da lei estrangeira	93
1.6.14 Casamento realizado por autoridades consulares brasileiras	94

Capítulo 2 – DAS PESSOAS

2.1 Da pessoa natural	95
2.1.1 Introdução	95
2.1.2 Existência da pessoa física ou natural	96
2.1.3 Começo da personalidade	96
2.1.4 Do nascituro	98
2.1.4.1 A máxima <i>infans conceptus pro nato habetur quoties de commodis ejus agitur</i>	101
2.1.5 O registro de nascimento	104
2.1.6 Os direitos da personalidade	106
2.1.6.1 Introdução	106
2.1.6.2 Importância atual dos direitos da personalidade	107

2.1.6.3	Princípios e características dos direitos personalíssimos	108
2.1.6.4	O direito ao corpo	109
2.1.6.5	Sanção do princípio da intangibilidade	111
2.1.6.6	O direito ao nome	111
2.1.6.7	Direito à palavra e direito à imagem	112
2.1.6.8	Crítica ao art. 20 do CC	112
2.1.6.9	O requerimento de proibição da divulgação de escrito ...	114
2.1.6.10	A indenização por dano decorrente da violação do direito à palavra	114
2.1.6.11	Formas de captação da imagem	115
2.1.6.12	Imagens de pessoas captadas em locais públicos	115
2.1.6.13	Divulgação de imagem com fins comerciais	116
2.1.6.14	O direito à privacidade	117
2.1.6.15	A noção de direito ao respeito à vida privada na ordem jurídica brasileira	118
2.1.6.16	Privacidade e liberdade de informação	120
2.1.6.17	Intrusão do Estado na vida privada	122
2.1.7	Extinção da personalidade	122
2.1.7.1	A morte	122
2.1.7.2	O afastamento do domicílio	124
2.1.7.3	A morte presumida	126
2.1.7.4	Da ausência	127
2.1.7.5	Do curador do ausente	128
2.1.7.6	Declaração de ausência e de sucessão do ausente	128
2.1.7.7	Posse dos bens do ausente	129
2.1.7.8	Sucessão definitiva	130
2.1.8	Individualização da pessoa física	131
2.1.8.1	Introdução	131
2.1.8.2	Do nome	133
2.1.8.3	Elementos integrantes do nome	135
2.1.8.4	Natureza jurídica e aquisição do nome	137
2.1.8.5	Alteração do nome	140
2.1.8.6	Proteção do nome	141
2.1.8.7	Domicílio	142
2.1.9	Atributos da pessoa física ou natural	146
2.1.9.1	Capacidade	146
2.1.9.2	Legitimação	147
2.1.9.3	Incapacidade absoluta e relativa	148
2.1.9.4	Da emancipação	149
2.1.10	Do Registro Civil das Pessoas Naturais	150
2.2	Das pessoas jurídicas	152
2.2.1	Introdução	152
2.2.2	Classificação das pessoas jurídicas	152

2.2.3 Aquisição da personalidade jurídica	153
2.2.4 Atributos da pessoa jurídica	154
2.2.5 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica	156
2.2.6 Espécies de pessoas jurídicas de direito privado	159
2.2.6.1 Associação	161
2.2.6.2 Finalidade da associação	163
2.2.6.3 Instituição da associação	163
2.2.6.4 Direitos e deveres do associado	164
2.2.6.5 Do órgão deliberativo	165
2.2.6.6 Extinção da associação	165
2.2.6.7 Sindicatos e cooperativas	166
2.2.6.8 Da fundação	167
2.2.6.9 Atos de instituição da fundação	168
2.2.6.10 Registro do estatuto da fundação	170
2.2.6.11 Extinção da fundação	170
2.2.6.12 Do Registro Civil das Pessoas Jurídicas	171
2.2.6.13 Exame do título de constituição da pessoa jurídica: o princípio da qualificação	172

Capítulo 3 – DOS BENS

3.1 Introdução	175
3.2 O patrimônio	176
3.3 Patrimônios especiais	178
3.4 O patrimônio de afetação	179
3.5 Classificação dos bens	180
3.6 Bens corpóreos e incorpóreos	180
3.7 Bens móveis e imóveis	181
3.8 Bens consumíveis e inconsumíveis	184
3.9 Bens fungíveis e infungíveis	185
3.10 Bens divisíveis e indivisíveis	185
3.11 Coisas simples e compostas	186
3.12 Bens principais e acessórios: os frutos, acessões, benfeitorias e per- tências	187
3.13 Partes integrantes	188
3.14 Pertências	189

Capítulo 4 – DOS FATOS JURÍDICOS

4.1 Dos negócios jurídicos	191
4.1.1 Conceito	191



4.1.2 Da representação	193
4.1.3 Características do negócio jurídico	195
4.1.4 Classificação dos negócios jurídicos	196
4.1.5 Elementos ou pressupostos do negócio jurídico	197
4.1.6 Elementos essenciais	197
4.1.7 Causa do negócio jurídico	199
4.1.8 Da vontade	202
4.1.9 Declaração de vontade ou consentimento	203
4.1.10 Discrepância entre vontade e declaração	204
4.1.11 Os limites da vontade: a ordem pública, os bons costumes e a função social do contrato	206
4.1.12 Objeto lícito, idôneo e determinado ou determinável	208
4.1.13 Negócio jurídico direto x negócio jurídico indireto: o negócio fiduciário	211
4.1.14 Da forma do negócio jurídico	212
4.1.14.1 Introdução	212
4.1.14.2 Forma e prova	213
4.1.14.3 Categorias de negócios jurídicos	213
4.1.14.4 Escritura pública	214
4.1.14.5 Negócios jurídicos que exigem forma especial	215
4.1.14.6 Atos constitutivos de direitos reais sobre imóveis	216
4.1.14.7 Transferência de direitos reais imobiliários	217
4.1.14.8 Modificação de direitos reais imobiliários	217
4.1.14.9 Renúncia de direito real sobre imóvel	218
4.1.14.10 Outras ocorrências da escritura pública	218
4.1.15 Dos defeitos dos negócios jurídicos	219
4.1.15.1 Introdução	219
4.1.15.2 Erro ou ignorância	220
4.1.15.3 Dolo	222
4.1.15.4 Dolo do representante legal	222
4.1.15.5 Coação	223
4.1.15.6 Estado de perigo	225
4.1.15.7 Lesão	226
4.1.15.8 Elementos da lesão	227
4.1.15.9 Fraude contra credores	230
4.1.15.10 Ação pauliana ou revocatória	232
4.1.15.11 Simulação	234
4.1.16 Elementos acidentais do negócio jurídico: a condição, o termo e o encargo	235
4.1.16.1 Condição	235
4.1.16.2 Condições suspensivas e resolutivas	238
4.1.16.3 Termo	240
4.1.16.4 Encargo	240
4.1.17 Da invalidade do negócio jurídico	241

4.1.17.1	Introdução	241
4.1.17.2	Da nulidade absoluta	242
4.1.17.3	Da nulidade relativa	243
4.1.17.4	Casos de nulidade absoluta	243
4.1.17.5	Nulidade parcial	244
4.1.17.6	Efeitos da nulidade e prazo para a alegação do vício ...	245
4.2	Dos atos ilícitos	246
4.2.1	Noção	246
4.2.2	Elementos do ato ilícito	247
4.2.3	A ação e a vontade	248
4.2.4	O elemento subjetivo: culpa e dolo	248
4.2.5	Culpa concorrente	250
4.2.6	Dano	250
4.2.7	Relação de causalidade entre o comportamento do agente e resultado	251
4.2.8	Exclusão de ilicitude	252
4.2.8.1	Legítima defesa	252
4.2.8.2	Exercício regular de direito	252
4.2.8.3	Estado de necessidade	254
4.2.9	Do abuso do direito	255
4.2.9.1	Noção	255
4.2.9.2	O abuso de direito no Código Civil	257
4.2.9.3	Natureza jurídica do abuso do direito	258
4.2.9.4	Elementos do abuso de direito	259
4.2.9.5	Efeitos e sanção do abuso de direito	262
4.3	Da prescrição e decadência	263
4.3.1	Prescrição	263
4.3.2	Diferença entre prescrição e decadência	264
4.3.3	Renúncia da prescrição e da decadência convencional	265
4.3.4	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição	266
4.3.5	Causas que interrompem a prescrição	267
4.4	Prova do negócio jurídico	268
4.4.1	Introdução	268
4.4.2	Objeto da prova	268
4.4.3	Formas, fontes e espécies de prova	269
4.4.3.1	Confissão	269
4.4.3.2	Testemunhas	270
4.4.3.3	Presunção	272
4.4.3.4	Perícia	273
4.4.3.5	Documento	273
4.4.3.6	Escritura pública	274
4.4.3.7	Documento particular	283

Capítulo 5 – DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

5.1 Das obrigações em geral	286
5.1.1 Conceito de obrigações	286
5.1.1.1 Distinção entre dívida e responsabilidade	287
5.1.2 Diferença entre direito obrigacional e direito real	288
5.1.3 As obrigações reais ou obrigações <i>propter rem</i> ou ambulatorias ...	290
5.1.4 Distinção entre direitos obrigacionais e direitos de família	290
5.1.5 Elementos da obrigação	291
5.1.6 Sujeito da obrigação	291
5.1.7 Objeto	292
5.1.8 Causa ou fonte da obrigação	293
5.1.9 Interdependência das obrigações	294
5.1.10 Efeitos da obrigação	295
5.1.11 Cumprimento forçado da obrigação	296
5.1.12 A astreinte como meio de compulsão do devedor	297
5.1.13 Efeitos anormais ou acidentais das obrigações	298
5.2 Modalidades das obrigações	299
5.2.1 Introdução	299
5.2.2 Obrigação natural	299
5.2.3 Outras espécies de obrigações	301
5.2.4 Obrigação de dar	301
5.2.5 Aumentos e melhorias da coisa	303
5.2.6 Obrigação de dar coisa incerta	304
5.2.7 Obrigações de fazer	305
5.2.8 Obrigação de concluir contrato	307
5.2.9 Obrigações de não fazer	308
5.2.10 Obrigações alternativas	308
5.2.11 Obrigações divisíveis e indivisíveis	309
5.2.12 Obrigações solidárias	311
5.2.12.1 Fontes da solidariedade	312
5.2.12.2 Solidariedade passiva	312
5.2.12.3 Renúncia à solidariedade	314
5.2.12.4 Descumprimento da obrigação solidária	314
5.3 Da transmissão das obrigações	315
5.3.1 Cessão de crédito	315
5.3.2 Da assunção de dívida	317
5.4 Adimplemento e extinção das obrigações	318
5.4.1 Do pagamento	318
5.4.1.1 Noção	318
5.4.1.2 Quem deve pagar	318
5.4.1.3 Pagamento a credor incapaz	319
5.4.1.4 Pagamento feito ao representante do credor e a terceiro ...	320

5.4.1.5 A manifesta desproporção das prestações	320
5.4.1.6 Prova do pagamento	321
5.4.1.7 Presunções de pagamento	321
5.4.2 Consignação em pagamento	321
5.4.2.1 Hipóteses autorizadoras da consignação em pagamento ...	322
5.4.2.2 Requisitos de validade da consignação em pagamento	326
5.4.2.3 Consignação de prestações periódicas	326
5.4.2.4 Lugar da consignação em pagamento	327
5.4.2.5 Procedimento da consignação em pagamento	327
5.4.3 Pagamento com sub-rogação	329
5.4.3.1 Sub-rogação legal	329
5.4.3.2 Sub-rogação convencional	330
5.4.3.3 Efeitos do pagamento com sub-rogação	331
5.4.3.4 Limites à transmissão dos direitos	332
5.4.3.5 Hipótese de pagamento parcial	332
5.4.4 Imputação do pagamento	333
5.4.5 Dação em pagamento	335
5.4.5.1 Requisitos da dação em pagamento	335
5.4.5.2 Diferença entre dação e pagamento e outras figuras jurí- dicas	336
5.4.6 Novação	337
5.4.6.1 Espécies de novação	337
5.4.6.2 Elementos da novação	338
5.4.7 Compensação	340
5.4.8 Confusão	341
5.4.9 Remissão das dívidas	341
5.5 Do inadimplemento das obrigações	342
5.5.1 Introdução	342
5.5.2 Da mora	342
5.5.2.1 Distintos sistemas de constituição em mora	343
5.5.2.2 Antecipação do vencimento da obrigação	345
5.5.2.3 Fatores impeditivos da mora	345
5.5.2.4 Efeitos da mora	345
5.5.2.5 Subsistência do direito do devedor de pagar durante a mora	346
5.5.2.6 Extinção da mora	347
5.5.2.7 Dos juros de mora	348
5.5.2.8 Diferença entre juros moratórios e juros compensató- rios	349
5.5.2.9 Correção monetária	350
5.5.2.10 Multa moratória	351
5.5.2.11 O limite dos juros moratórios	351
5.5.3 Da cláusula penal	353

5.5.3.1	Noção	353
5.5.3.2	Natureza da cláusula penal	354
5.5.3.3	Finalidades da cláusula penal	354
5.5.3.4	A cláusula penal é benefício do credor	355
5.5.3.5	Espécies de cláusula penal	355
5.5.3.6	Limite e revisão da cláusula penal	356
5.5.3.7	Cláusula penal e natureza da obrigação	357
5.5.4	Arras ou sinal	358
5.5.4.1	Noção	358
5.5.4.2	Arras confirmatórias	358
5.5.4.3	Arras penitenciais	359
5.5.4.4	Diferença entre cláusula penal e arras	360
5.6	Dos contratos em geral	360
5.6.1	Noções sobre contratos	360
5.6.2	A doutrina da autonomia da vontade e da igualdade dos contra- entes	363
5.6.3	A liberdade de contratar no Código Civil de 2002	364
5.6.4	Autonomia privada e obrigatoriedade do contrato	365
5.6.5	Autonomia privada e o princípio da relatividade dos efeitos con- tratuais	365
5.6.6	A liberdade de forma	366
5.6.7	Limites à liberdade contratual: a função social do contrato	367
5.6.7.1	Solidarismo contratual	371
5.6.8	Outros limites à liberdade de contratar: a ordem pública e os bons costumes	373
5.6.9	A boa-fé contratual	375
5.6.9.1	Introdução	375
5.6.9.2	Conceito de boa-fé	375
5.6.9.3	A função da boa-fé	377
5.6.9.4	A boa-fé nos contratos	377
5.6.9.5	A boa-fé na formação do contrato	378
5.6.9.6	A boa-fé na etapa de celebração do contrato	380
5.6.9.7	A boa-fé na fase de cumprimento do contrato	381
5.6.9.8	Deveres posteriores à extinção do contrato	383
5.6.10	Classificação dos contratos	384
5.6.10.1	Introdução	384
5.6.10.2	Classificação segundo as condições de formação do contrato: o contrato de adesão	384
5.6.10.3	Características do contrato de adesão	386
5.6.10.4	A interpretação do contrato de adesão	388
5.6.10.5	Cláusulas abusivas	388
5.6.11	Ainda sobre a classificação dos contratos	392
5.6.11.1	Contratos consensuais	392
5.6.11.2	Contrato solene	392

5.6.11.3 Contratos reais	393
5.6.11.4 Classificação dos contratos segundo o regime jurídico aplicável: contratos nominados e contratos inominados	394
5.6.11.5 Contratos de direito comum e contratos de consumo ...	396
5.6.11.6 Contratos de direito privado e contratos de direito público	398
5.6.11.7 Contratos a título oneroso e contratos a título gratuito ...	398
5.6.11.8 Interesse da qualificação	400
5.6.11.9 Contratos comutativos e contratos aleatórios	401
5.6.11.10 Contratos de execução imediata e contratos de execução sucessiva	403
5.6.11.11 Classificação segundo os efeitos do contrato: contratos bilaterais e unilaterais	404
5.6.12 Vicissitudes do contrato bilateral	405
5.6.12.1 Da exceção de contrato não cumprido	405
5.6.12.2 Da cláusula resolutiva	406
5.6.12.3 Vícios redibitórios	407
5.6.12.4 Da evicção	409
5.6.12.5 Valor da indenização na evicção	411
5.6.12.6 Opção do evicto em caso de evicção parcial	412
5.6.12.7 Condições para o exercício do direito resultante da evicção	413
5.6.13 Da conclusão dos contratos	413
5.6.13.1 Requisitos	413
5.6.13.2 Causa do contrato	414
5.6.13.3 A oferta ou policitação	417
5.6.13.4 O objeto da oferta	418
5.6.13.5 Os termos da oferta	419
5.6.13.6 Aceitação	426
5.6.13.7 Momento e lugar da formação do contrato	430
5.6.14 Efeitos do contrato	431
5.6.14.1 Estipulação em favor de terceiro	433
5.6.14.2 Contrato com pessoa a declarar	434
5.6.14.3 Da promessa de fato de terceiro	436
5.6.15 Do contrato preliminar	436
5.6.15.1 Noção	436
5.6.15.2 Importância	438
5.6.15.3 A sucessão no contrato preliminar	438
5.6.15.4 Modalidades de contrato preliminar	439
5.6.15.5 Requisitos do contrato preliminar	440
5.6.15.6 Eficácia e execução do contrato preliminar	440
5.6.15.7 Extinção	441
5.6.16 A capacidade do contratante, o objeto e a causa do contrato	442

5.6.16.1	Introdução	442
5.6.16.2	A capacidade	443
5.6.16.3	Incapacidade absoluta	444
5.6.16.4	Incapacidade relativa	445
5.6.17	Invalidade e extinção do contrato	445
5.6.17.1	Invalidade do contrato	445
5.6.17.2	Extinção do contrato	449
5.6.17.3	Da resilição e do distrato	450
5.6.17.4	Revogação do contrato	452
5.6.17.5	Da resolução do contrato	452
5.6.17.6	Da exceção do contrato não cumprido	454
5.6.18	Resolução do contrato por onerosidade excessiva	456
5.6.18.1	A resolução por onerosidade excessiva ou cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	456
5.6.18.2	Cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	457
5.6.18.3	Pressupostos para a resolução por onerosidade excessiva	458
5.6.18.4	Institutos jurídicos similares	460
5.6.18.5	Onerosidade excessiva e contratos aleatórios	461
5.6.18.6	Como evitar a resolução do contrato por onerosidade excessiva	462
5.6.19	O não cumprimento culposo do contrato	462
5.6.19.1	Fim anormal do contrato	462
5.6.19.2	Da cláusula resolutiva	464
5.6.19.3	Termo essencial	465
5.6.19.4	Cláusula resolutiva tácita	465
5.6.19.5	Direito de opção da parte lesada pelo cumprimento da obrigação cumulado com pedido de indenização	468
5.6.19.6	Cláusula penal ou prefixação da indenização	468
5.6.20	Interpretação dos contratos	469
5.6.20.1	Interpretação	469
5.6.20.2	Interpretação no contrato de adesão	472
5.7	Novas categorias contratuais: contratos coligados e contratos relacionais	473
5.7.1	Contratos relacionais	473
5.7.1.1	A noção de contrato relacional na teoria brasileira dos contratos	475
5.7.1.2	Características do contrato relacional	476
5.7.2	Contratos coligados ou redes de contratos	477
5.7.2.1	Crítica à teoria da interdependência dos contratos	480
5.8	Dos contratos em espécie	481
5.8.1	Do contrato de compra e venda	482
5.8.1.1	Conceito	482
5.8.1.2	Elementos	483

5.8.1.3	Direitos e responsabilidade das partes	486
5.8.1.4	Diversas modalidades do contrato de compra e venda	488
5.8.1.5	Direitos das partes na venda <i>ad mensuram</i>	492
5.8.1.6	Venda por condôminos de coisa indivisível	494
5.8.1.7	Cláusulas especiais da compra e venda	497
5.8.2	Permuta	503
5.8.2.1	Conceito	503
5.8.2.2	Natureza jurídica e características	504
5.8.3	Contrato estimatório	505
5.8.3.1	Conceito	505
5.8.3.2	Natureza jurídica do contrato estimatório	506
5.8.3.3	Objeto	506
5.8.3.4	Obrigações das partes	507
5.8.4	Contrato de doação	508
5.8.4.1	Conceito	508
5.8.4.2	Pressupostos e requisitos	509
5.8.4.3	Modalidades de doação	511
5.8.4.4	As partes no contrato de doação	516
5.8.4.5	Doação em contemplação de casamento futuro	518
5.8.4.6	Nulidade e anulabilidade da doação	518
5.8.4.7	Vício redibitório e evicção no contrato de doação	521
5.8.4.8	Revogação da doação	522
5.8.5	Locação de coisas	524
5.8.5.1	Conceito	524
5.8.5.2	Obrigações do locador	524
5.8.5.3	Obrigações do locatário	525
5.8.5.4	Extinção da locação	525
5.8.5.5	Venda da coisa locada	526
5.8.5.6	Indenização por benfeitorias úteis e necessárias	527
5.8.6	Contrato de comodato	527
5.8.6.1	Conceito	527
5.8.6.2	O contrato de comodato	528
5.8.6.3	Partes no contrato de comodato	529
5.8.6.4	Obrigações do comodatário	529
5.8.6.5	Solidariedade entre comodatários	530
5.8.6.6	Extinção do comodato	531
5.8.7	Contrato de mútuo	532
5.8.7.1	Conceito	532
5.8.7.2	Natureza jurídica	532
5.8.7.3	Objeto	533
5.8.7.4	Mútuo feito a menor	533
5.8.7.5	Conteúdo do contrato	533
5.8.7.6	A taxa de juros	534
5.8.7.7	A capitalização	535
5.8.7.8	Correção monetária e uso da taxa referencial	535

5.8.7.9 Prazo do contrato de mútuo	536
5.8.8 Contrato de depósito	537
5.8.8.1 Conceito	537
5.8.8.2 Espécies e natureza jurídica do depósito	537
5.8.8.3 Obrigações do depositário	538
5.8.8.4 Obrigação do depositante	538
5.8.8.5 Depósito necessário	539
5.8.8.6 Depositário infiel	540
5.8.8.7 Extinção do depósito	540
5.8.8.8 Da ação de depósito	540
5.8.9 Prestação de serviço	541
5.8.9.1 Conceito e características	541
5.8.9.2 Prestações das partes	542
5.8.9.3 Prazo do contrato	542
5.8.9.4 Extinção do contrato	543
5.8.10 Empreitada	543
5.8.10.1 Conceito e características	543
5.8.10.2 Obrigações das partes	544
5.8.10.3 Responsabilidade das partes	545
5.8.11 Do mandato	545
5.8.11.1 Definição	545
5.8.11.2 Mandato e procuração	546
5.8.11.3 Mandatário profissional	547
5.8.11.4 Natureza jurídica	547
5.8.11.5 Forma	548
5.8.11.6 Requisitos do mandato	549
5.8.11.7 Objeto do mandato: o negócio e o encargo	551
5.8.11.8 O substabelecimento dos poderes	552
5.8.11.9 A exteriorização dos poderes	553
5.8.11.10 Obrigações do mandante	554
5.8.11.11 Obrigações do mandatário	554
5.8.11.12 Extinção do mandato	556
5.8.11.13 Mandato aparente	559
5.8.11.14 Mandato com cláusula em causa própria	560
5.8.12 Do contrato de comissão	561
5.8.12.1 Conceito	561
5.8.12.2 Objeto da comissão	562
5.8.12.3 Cláusula <i>del credere</i>	564
5.8.12.4 Deveres e direitos do comissário	564
5.8.13 Agência e distribuição	566
5.8.13.1 Conceito	566
5.8.13.2 Características	567
5.8.13.3 Direitos e obrigações das partes	569
5.8.13.4 Contrato de duração e execução continuada	570
5.8.14 Contrato de corretagem	571

5.8.14.1	Conceito	571
5.8.14.2	Contrato aleatório	573
5.8.14.3	Objeto do contrato	573
5.8.15	Contrato de seguro	574
5.8.15.1	Conceito	574
5.8.15.2	Forma do contrato de seguro	575
5.8.15.3	As partes no contrato de seguro	576
5.8.15.4	Do risco	577
5.8.15.5	Do prêmio	578
5.8.15.6	Da indenização	579
5.8.15.7	Extinção do contrato	580
5.8.16	Fiança	581
5.8.16.1	Conceito e características	581
5.8.16.2	Pressupostos	581
5.8.16.3	Efeitos da fiança	582
5.8.16.4	Extinção da fiança	583
5.9	Os atos unilaterais de vontade	584
5.9.1	Promessa de recompensa	585
5.9.1.1	Elementos da promessa de recompensa	585
5.9.1.2	Revogabilidade da promessa	586
5.9.1.3	Realização do serviço por mais de um candidato	587
5.9.2	Concurso	587
5.9.2.1	Caracteres do concurso	587
5.9.3	Gestão de negócios	588
5.9.3.1	Conceito de gestão de negócios	589
5.9.3.2	Condições de existência da gestão de negócios	589
5.9.3.3	Obrigações e responsabilidade do gestor	590
5.9.3.4	Direitos e obrigações do gestor	591
5.9.4	Pagamento indevido	591
5.9.4.1	Descabimento da repetição do indébito	592
5.9.5	Enriquecimento sem causa	592
5.9.5.1	Definição e requisitos do enriquecimento sem causa	593
5.9.5.2	Elementos do enriquecimento sem causa	594
5.9.5.3	Montante da restituição	594
5.9.5.4	Da ação de <i>in rem verso</i>	595
5.10	Dos títulos de crédito	599
5.10.1	Conceito e características	599
5.10.2	Cartularidade ou incorporação	599
5.10.3	Literalidade	601
5.10.4	Autonomia	602
5.10.5	Abstração	603
5.10.6	Inoponibilidade das exceções pessoais ao terceiro de boa-fé ...	604
5.10.7	Requisitos legais do título de crédito	605
5.10.8	Preenchimento do título e cláusulas proibidas	607

5.10.9	Títulos emitidos por mandatário ou por representante legal	609
5.10.10	Espécies de título de crédito	610
5.10.10.1	Títulos ao portador	611
5.10.10.2	Título à ordem	612
5.10.10.3	Títulos nominativos	612
5.10.11	Criação e circulação do título de crédito	613
5.10.12	Saque	615
5.10.12.1	O sacado e o tomador	616
5.10.13	Aceite	617
5.10.14	Aval	618
5.10.15	Endosso	621
5.10.15.1	Outras modalidades de endossos	623
5.11	Da responsabilidade civil	625
5.11.1	Introdução	625
5.11.2	Espécies de responsabilidade	626
5.11.3	Responsabilidade por fato de outrem	627
5.11.4	Elementos da responsabilidade subjetiva ou aquiliana	628
5.11.4.1	Dano	628
5.11.4.2	Culpa	629
5.11.4.3	Nexo causal	632
5.11.5	Dano causado por animal	633
5.11.6	Responsabilidade por cobrança indevida	634

Capítulo 6 – DA EMPRESA

6.1	A empresa e o empresário individual	635
6.1.1	Noções gerais	635
6.1.2	O empresário individual: definição	637
6.1.3	A profissão intelectual ou de natureza científica, literária ou artística	639
6.1.4	Capacidade para ser empresário	641
6.1.4.1	O menor de 18 anos e a empresa	642
6.1.4.2	O menor emancipado	642
6.1.4.3	O menor não emancipado	644
6.1.4.4	Os interditos e a empresa	645
6.1.4.5	Pessoas que não podem ser empresárias	647
6.1.4.6	A pessoa casada e a empresa	648
6.1.5	Livre iniciativa e função social da empresa	651
6.1.6	Inscrição do empresário e limitação da responsabilidade no exercício da empresa	654
6.1.6.1	Noções preliminares	654
6.1.6.2	A constituição da empresa: requisitos	655
6.1.6.3	Requisitos para inscrição da empresa: nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens ...	656

6.1.6.4 Outros requisitos: a firma, com a respectiva assinatura autógrafa, o objeto, a sede e o capital da empresa	657
6.1.6.5 Sanções pela ausência de registro: o empresário irregular	659
6.1.6.6 A responsabilidade limitada do empresário	660
6.1.6.7 O patrimônio de afetação	661
6.1.6.8 O patrimônio de afetação na atividade empresarial	662
6.1.6.9 O imóvel destinado à atividade empresarial	664
6.1.6.10 Transformação da firma individual em sociedade	666
6.2 Da sociedade	666
6.2.1 O contrato de sociedade	666
6.2.2 Personalidade jurídica	667
6.2.3 Da sociedade despersonalizada	669
6.2.4 Situações que não configuram sujeitos de direito	670
6.2.5 Sociedades	671
6.2.6 Atributos da personalidade jurídica	672
6.2.7 Classificação das sociedades	674
6.2.8 Sociedade entre cônjuges	676
6.2.9 Registro da sociedade	678
6.2.9.1 Obrigatoriedade da inscrição	678
6.2.9.2 Atos registrais	679
6.2.9.3 Efeitos do registro: personificação da sociedade empresária	680
6.2.9.4 Outros efeitos do registro: publicidade e eficácia dos negócios jurídicos	681
6.2.9.5 Prazo para a realização de registro e pessoa que pode requerer a inscrição	681
6.2.9.6 Consequências da falta de escrituração	683
6.2.10 Os tipos societários	683
6.2.10.1 Tipos societários no Código Civil	683
6.2.10.2 Registro da sociedade simples	692
6.2.10.3 Direitos e obrigações dos sócios	694
6.2.10.4 Direito de retirada	696
6.2.10.5 Exclusão do sócio	696
6.2.10.6 Modificações da sociedade simples	697
6.2.10.7 Administração da sociedade simples	698
6.2.10.8 Extinção da sociedade simples	700
6.2.11 Sociedade limitada	701
6.2.11.1 Introdução	701
6.2.11.2 Constituição da sociedade limitada	702
6.2.11.3 Integralização do capital social	702
6.2.11.4 Relação entre sócio e sociedade	703
6.2.11.5 Responsabilidade pelo capital social	704

6.2.11.6	Responsabilidade limitada dos sócios pelas obrigações sociais	704
6.2.11.7	Disciplina jurídica da sociedade limitada	706
6.2.11.8	Consequências da dupla possibilidade de disciplina jurídica supletiva	708
6.2.11.9	Contrato social	709
6.2.11.10	Pressupostos de existência: pluralidade de sócios e <i>affectio societatis</i>	710
6.2.11.11	Direitos e obrigações dos sócios da sociedade limitada	711
6.2.11.12	Capital social	713
6.2.11.13	Capital e patrimônio	714
6.2.11.14	Quota	714
6.2.11.15	Cessão de quotas	715
6.2.11.16	Liquidação das quotas a pedido do credor do sócio ...	716
6.2.11.17	Sócio remisso	717
6.2.11.18	Aumento e redução do capital social	717
6.2.11.19	Órgãos da sociedade limitada	719
6.2.11.20	Resolução da sociedade limitada em relação a sócios minoritários	721
6.2.11.21	Dissolução da sociedade limitada	722
6.2.12	Sociedade anônima	723
6.2.12.1	Introdução	723
6.2.12.2	Constituição da sociedade anônima	724
6.2.12.3	Mercado de valores mobiliários	725
6.2.12.4	Requisitos da sociedade anônima	725
6.2.12.5	Deveres do acionista	726
6.2.12.6	Responsabilidade dos acionistas	727
6.2.12.7	Direitos dos acionistas	727
6.2.12.8	Administração da sociedade anônima	728
6.2.12.9	Órgãos da companhia	729
6.2.12.10	Dos valores mobiliários	729
6.2.12.11	Ligações entre sociedades	732
6.2.13	Liquidação da sociedade	735
6.2.13.1	Introdução	735
6.2.13.2	O liquidante	737
6.2.13.3	Procedimento de liquidação	737
6.2.13.4	Dissolução parcial de sociedade	739
6.2.14	Dos auxiliares do comércio	740
6.2.14.1	Prepostos	740
6.2.14.2	Funções do preposto	741
6.2.14.3	Gerente	741
6.2.14.4	Apresentação da sociedade	742
6.2.14.5	Nomeação dos gerentes e eficácia do ato perante terceiros	743

6.2.14.6 Responsabilidade do preponente e do gerente	744
6.2.14.7 Do contabilista e outros auxiliares	745
6.2.14.8 Responsabilidade do preponente pelos atos dos prepos- tos	745
6.3 Do estabelecimento	746
6.3.1 Noções gerais	746
6.3.2 Elementos do estabelecimento	747
6.3.3 Outros elementos do estabelecimento	748
6.3.3.1 Ponto	748
6.3.3.2 Aviamento	749
6.3.3.3 Clientela	750
6.3.4 Natureza jurídica do estabelecimento	750
6.3.5 Alienação do estabelecimento	750
6.3.6 Sucessão empresarial	751
6.3.7 Sucessão e concorrência	752
6.3.8 Sub-rogação nos direitos	753
6.4 Nome empresarial	753
6.4.1 Conceito	753
6.4.2 Espécies de nome empresarial	755
6.4.3 Função do nome empresarial	756
6.4.4 Princípios do nome comercial e sua alienação	757

Capítulo 7 – DIREITO DAS COISAS

7.1 Da posse	760
7.1.1 Visão geral do sistema possessório	760
7.1.1.1 Conceito de posse	760
7.1.1.2 Objeto da posse	761
7.1.1.3 Início da posse	762
7.1.1.4 Posse e domínio	763
7.1.1.5 A posse é fato ou direito?	764
7.1.1.6 Elementos da posse	766
7.1.1.7 Função da posse	767
7.1.1.8 Posse e detenção	769
7.1.2 Classificação da posse	770
7.1.2.1 Classificação da posse: introdução	770
7.1.2.2 Posse justa e injusta (ou posse lícita e ilícita)	771
7.1.2.3 Posse de boa-fé e de má-fé	773
7.1.2.4 Posse titulada e não titulada	774
7.1.2.5 Presunção de boa-fé	774
7.1.2.6 Posse direta e posse indireta	775
7.1.2.7 Princípio da não inversão do título da posse	776
7.1.2.8 Composse	777

7.1.3 Efeitos da posse	778
7.1.3.1 Efeitos da posse	778
7.1.3.2 Publicidade	778
7.1.3.3 Uso	779
7.1.3.4 Aquisição de frutos	779
7.1.3.5 Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	780
7.1.3.6 Direito à reparação de danos	780
7.1.3.7 Indenização das benfeitorias	780
7.1.3.8 Usucapião	781
7.1.4 Aquisição da posse	781
7.1.4.1 Formas de aquisição e perda da posse	781
7.1.4.2 Aquisição da posse	781
7.1.4.3 O apossamento	782
7.1.4.4 Tradição	783
7.1.4.5 Constituto possessório	784
7.1.5 Sucessão na posse	784
7.1.6 Perda da posse	785
7.1.6.1 Abandono	785
7.1.6.2 Perda ou destruição da coisa	786
7.1.6.3 Cessão	786
7.1.7 Tutela da posse: interditos possessórios	787
7.1.7.1 Tutela da posse	787
7.1.7.2 Ação de manutenção de posse	789
7.1.7.3 Ação de reintegração de posse	790
7.1.7.4 Interdito proibitório	791
7.2 Direitos reais	791
7.2.1 Noção de direitos reais	791
7.2.2 Teorias sobre o conceito de direitos reais	792
7.2.3 As faculdades dos direitos reais	793
7.2.3.1 Faculdade de realização direta do interesse	793
7.2.3.2 Faculdade de exclusão e de oposição <i>erga omnes</i>	793
7.2.3.3 A faculdade de dispor e suas exceções	794
7.2.4 Classificação dos direitos reais	795
7.2.5 O princípio do <i>numerus clausus</i>	796
7.2.6 Atributos dos direitos reais	796
7.2.6.1 Eficácia absoluta	796
7.2.6.2 Direito de preferência	797
7.2.6.3 Direito de sequela	797
7.2.6.4 Faculdade de abandono	799
7.2.7 Direitos reais e direitos pessoais ou obrigacionais	799
7.2.8 Direitos reais e registro de imóveis	801
7.3 A propriedade	802
7.3.1 Noções gerais	802

7.3.1.1	Definição de propriedade	802
7.3.1.2	Um direito <i>erga omnes</i>	803
7.3.1.3	Um direito exclusivo, complexo, absoluto e perpétuo ...	803
7.3.1.4	Atributos do direito de propriedade	804
7.3.1.5	Função social da propriedade	804
7.3.1.6	A função social da propriedade no Código Civil	805
7.3.1.7	Sanções pelo não cumprimento da função social	806
7.3.1.8	Extensão do direito ou conteúdo da propriedade	808
7.3.1.9	O regime jurídico das águas	810
7.3.1.10	Extensão às partes integrantes	812
7.3.1.11	Os frutos	813
7.3.1.12	Prova da propriedade	813
7.3.1.13	Descoberta	814
7.3.2	Aquisição da propriedade imobiliária	815
7.3.2.1	Da aquisição da propriedade imóvel	815
7.3.2.2	Modos de constituição e aquisição da propriedade imóvel	816
7.3.3	Da aquisição da propriedade mobiliária	829
7.3.3.1	Aquisição da propriedade móvel	829
7.3.3.2	Usucapião de bem móvel	829
7.3.3.3	Ocupação	829
7.3.3.4	Achado de tesouro	829
7.3.3.5	Tradição	830
7.3.3.6	Especificação	831
7.3.3.7	Confusão, comistão ou adjunção	831
7.3.4	Transmissão e perda da propriedade	832
7.3.4.1	Transmissão da propriedade	832
7.3.4.2	Perda da propriedade	833
7.3.5	Ações que protegem o domínio	834
7.3.5.1	Ações petitórias	834
7.3.5.2	A ação reivindicatória	834
7.3.5.3	Legitimidade ativa e passiva na reivindicatória	835
7.3.5.4	Objeto da ação reivindicatória	835
7.3.5.5	Ação negatória	836
7.3.5.6	Outras ações que tutelam a propriedade	836
7.3.6	Direitos de vizinhança	837
7.3.6.1	Conceito de direitos de vizinhança	837
7.3.6.2	Características dos direitos de vizinhança	839
7.3.6.3	Relação de vizinhança	839
7.3.6.4	Ônus impostos a prédios e não a pessoas	839
7.3.6.5	Restrições ao exercício da propriedade	840
7.3.6.6	Dever de observância do proprietário e do possuidor ...	840
7.3.6.7	O dever de indenização independe de dolo ou culpa ...	840
7.3.6.8	Interferências justificadas pelo interesse público	841
7.3.6.9	Espécies de direitos de vizinhança	842

7.3.6.10 Ações que tutelam os direitos de vizinhança	849
7.3.7 Do condomínio geral	849
7.3.7.1 Noção de condomínio	849
7.3.7.2 Temporariedade	850
7.3.7.3 Alienação e oneração da fração ideal	852
7.3.7.4 Venda de parte divisa fisicamente determinada em imóvel	853
7.3.7.5 Espécies de indivisibilidade	853
7.3.7.6 Direitos e deveres dos condôminos	854
7.3.7.7 Administração do condomínio	856
7.3.7.8 Condomínio necessário	856
7.3.8 Do condomínio edilício	857
7.3.8.1 Condomínio edilício: introdução	857
7.3.8.2 Conceito e conteúdo do condomínio edilício	858
7.3.8.3 Objeto do condomínio edilício	859
7.3.8.4 Constituição do condomínio	859
7.3.8.5 Meios de constituição do condomínio	860
7.3.8.6 Modificação da escritura de instituição e especificação de condomínio	862
7.3.8.7 Convenção de condomínio	862
7.3.8.8 Direitos e obrigações dos condôminos	863
7.3.8.9 Administração do condomínio	874
7.3.8.10 Extinção do condomínio	880
7.3.9 Propriedades temporárias	881
7.3.9.1 Da propriedade temporária	881
7.3.9.2 Da propriedade resolúvel	881
7.3.9.3 Da propriedade fiduciária	883
7.3.9.4 Direito do fiduciante de usar a coisa	884
7.3.9.5 Dever de guarda: a prisão civil	884
7.3.9.6 Proibição do pacto comissório	885
7.3.9.7 Ação cabível em caso de descumprimento do contrato de alienação fiduciária	886
7.3.9.8 Alienação fiduciária de bem imóvel	887
7.3.10 Multipropriedade	889
7.3.10.1 Natureza jurídica da multipropriedade	891
7.3.10.2 A relação jurídica da multipropriedade como condomínio edilício	893
7.4 Do direito de superfície	899
7.4.1 Introdução	899
7.4.2 Conceito	899
7.4.3 O objeto do direito real de superfície	901
7.4.4 Abrangência	902
7.4.5 Constituição do direito real de superfície	903
7.4.6 Constituição por atos entre vivos	903

7.4.7 Constituição por ato <i>mortis causa</i>	904
7.4.8 Constituição por usucapião	905
7.4.9 Duração do direito de superfície	906
7.4.10 Alienação e oneração da superfície	906
7.4.11 O direito de preferência do proprietário e do superficiário	907
7.4.12 Direito real de superfície e hipoteca	908
7.4.13 Extinção da superfície	908
7.5 Da servidão	910
7.5.1 Origem	910
7.5.2 Conceito	910
7.5.3 Servidões e direitos de vizinhança	911
7.5.4 Características	912
7.5.5 Natureza jurídica	913
7.5.6 Conteúdo	914
7.5.7 Modalidades	915
7.5.8 Constituição da servidão	916
7.5.9 Exercício do direito de servidão	919
7.5.10 Modificação da servidão	920
7.5.11 Extinção da servidão	922
7.6 Do usufruto	924
7.6.1 Conceito do usufruto e poderes do usufrutuário	924
7.6.2 Características do usufruto	925
7.6.3 Limites do usufruto	925
7.6.4 Poderes do usufrutuário	926
7.6.5 Alienação da coisa objeto do usufruto	927
7.6.6 Objeto do usufruto	928
7.6.7 Usufruto sobre títulos de crédito	928
7.6.8 Característica da inalienabilidade	929
7.6.8.1 Transmissibilidade	930
7.6.8.2 Impenhorabilidade do usufruto	931
7.6.8.3 Usufruto e divisão	931
7.6.9 Usufruto sucessivo e usufruto simultâneo	931
7.6.10 Usufruto e direito de acrescer	932
7.6.11 Temporariedade	932
7.6.12 Direitos do usufrutuário	933
7.6.12.1 Direito aos frutos pendentes	933
7.6.13 Obrigações do usufrutuário antes de entrar no gozo da coisa usufrutuada	934
7.6.13.1 Inventário	935
7.6.13.2 Caução	935
7.6.13.3 Isenção das obrigações de inventário e garantia	935
7.6.13.4 A exigência de caução no usufruto derivado de usucapião	936

7.6.13.5 Efeitos do não cumprimento das obrigações	936
7.6.13.6 Obrigações durante a posse dos bens	937
7.6.13.7 Reparações ordinárias	937
7.6.14 Obrigações posteriores à cessação do usufruto	938
7.6.15 Direitos e obrigações do nu-proprietário	939
7.6.16 Constituição do usufruto sobre bens imóveis	940
7.6.16.1 Usufruto <i>mortis causa</i>	941
7.6.16.2 Usufruto decorrente de usucapião	941
7.6.17 Começo dos direitos do usufrutuário	942
7.6.18 Constituição sob condição ou a termo	942
7.6.19 Extinção	943
7.6.19.1 Causas de extinção do usufruto	943
7.6.19.2 Renúncia ou morte	944
7.6.19.3 Extinção da pessoa jurídica ou decurso do prazo	945
7.6.19.4 Cessação do motivo que origina o usufruto	945
7.6.19.5 Destruição da coisa	945
7.6.19.6 Consolidação	946
7.6.19.7 Inadimplência contratual por culpa do usufrutuário	946
7.6.19.8 Não uso ou não fruição da coisa em que o usufruto recai	947
7.7 Do uso e da habitação	948
7.7.1 Direitos reais de uso e habitação	948
7.8 Do direito do promitente-comprador de imóvel	950
7.8.1 Noção	950
7.8.2 Requisitos do direito do promitente-comprador	951
7.9 Do penhor	953
7.9.1 Noção	953
7.9.2 Classificação do penhor	954
7.9.3 Objeto do penhor	955
7.9.4 Constituição	955
7.9.5 Direitos do credor pignoratício	956
7.9.6 Vencimento antecipado da dívida garantida	958
7.9.7 Outros direitos do credor	958
7.9.8 Cláusulas contratuais ilícitas	959
7.9.9 Obrigações do credor e do devedor	959
7.9.10 Extinção do penhor comum	960
7.9.11 Penhor especial: penhor industrial e mercantil	961
7.9.12 Proibição de dispor no penhor industrial e mercantil	961
7.9.13 Penhor rural: espécies	962
7.9.13.1 Penhor agrícola	962
7.9.13.2 Penhor pecuário	963
7.9.14 Penhor de direitos e títulos de crédito	963
7.9.15 Penhor de veículo	966

7.9.16 Penhor legal	966
7.10 Da hipoteca	967
7.10.1 Conceito	967
7.10.2 Objeto	968
7.10.3 Abrangência da hipoteca	969
7.10.4 A obrigação garantida	970
7.10.5 Características da hipoteca	971
7.10.6 Natureza jurídica	974
7.10.7 Tipos de hipoteca	975
7.10.8 Remição pelo adquirente do imóvel hipotecado	976
7.10.9 Abandono do imóvel pelo adquirente	980
7.10.10 A remição feita pelo segundo credor ou remição não liberatória	980
7.10.11 Hipoteca e registro de imóveis	981
7.10.12 Pluralidade de hipotecas	982
7.10.13 Aumento da dívida garantida pela hipoteca	984
7.10.14 Extinção da hipoteca	985
7.10.15 A Súmula 308 do Superior Tribunal de Justiça	987
7.11 Da anticrese	989
7.11.1 Conceito	989
7.11.2 O pagamento dos juros	989
7.11.3 Natureza	990
7.11.4 Características e objeto	990
7.11.5 Direitos e deveres do credor anticrético	991
7.11.6 Remição	992
7.11.7 Extinção	992

Capítulo 8 – DIREITO DE FAMÍLIA

8.1 Da família e do casamento	993
8.1.1 Notas gerais do instituto da família	993
8.1.1.1 Conceito de família	993
8.1.1.2 O direito à família como direito fundamental	994
8.1.1.3 Características e natureza jurídica	995
8.1.1.4 O direito de família	996
8.1.1.5 Do estado de família	997
8.1.1.6 Pressupostos do estado de família	998
8.1.1.7 O título de estado	999
8.1.2 Do casamento	999
8.1.2.1 Conceito e disposições gerais	999
8.1.2.2 Natureza jurídica	1001
8.1.2.3 Casamento civil e casamento religioso	1001
8.1.2.4 A promessa de casamento, ou esponsais	1004

8.1.2.5 Capacidade matrimonial	1005
8.1.2.6 Do processo de habilitação	1011
8.1.2.7 Celebração do casamento	1013
8.1.2.8 Da invalidade do casamento	1016
8.1.3 A vida de casado: efeitos do casamento	1023
8.1.3.1 Efeitos do casamento	1023
8.1.3.2 A reciprocidade dos deveres	1024
8.1.3.3 Fidelidade recíproca	1024
8.1.3.4 Vida em comum	1025
8.1.3.5 Dever de mútua assistência	1026
8.1.3.6 Direção da sociedade conjugal	1027
8.1.3.7 Direito patrimonial	1027
8.1.3.8 Alteração do regime de bens	1028
8.1.3.9 Regime legal e regime obrigatório de bens	1032
8.1.3.10 Os direitos dos cônjuges	1033
8.1.3.11 A venda ou oneração de imóvel por um dos cônjuges, sem a anuência do outro	1034
8.1.3.12 Dos atos que independem de autorização conjugal	1036
8.1.3.13 Dos atos que dependem de autorização conjugal	1036
8.1.3.14 Impossibilidade de um dos cônjuges participar da admi- nistração	1037
8.1.3.15 Do pacto antenupcial	1038
8.1.3.16 O regime legal: a comunhão parcial de bens	1040
8.1.3.17 Regime de comunhão universal	1041
8.1.3.18 Regime da separação de bens	1042
8.1.3.19 Participação final nos aquestos	1044
8.1.4 A extinção do casamento	1045
8.1.4.1 Causas de extinção do casamento	1045
8.1.4.2 Separação judicial	1046
8.1.4.3 Efeitos da separação judicial	1052
8.1.4.4 Divórcio	1053
8.1.4.5 Da proteção da pessoa dos filhos	1055
8.1.4.6 Separação consensual e divórcio consensual por via ad- ministrativa	1056
8.2 Das relações de parentesco	1060
8.2.1 Dos parentes	1060
8.2.1.1 Conceito de parentesco	1060
8.2.1.2 Classificação	1061
8.2.2 O novo regime jurídico da filiação	1062
8.2.2.1 Introdução	1062
8.2.2.2 O direito à procriação	1063
8.2.2.3 A concepção	1066
8.2.2.4 As provas em matéria de filiação	1070
8.2.2.5 O reconhecimento voluntário	1076

8.2.2.6 Vínculos de filiação e direitos do homem	1076
8.2.2.7 Noção de “vida familiar”	1078
8.2.2.8 A proteção dos direitos fundamentais referentes à vida familiar	1079
8.2.2.9 Estabelecimento da filiação	1080
8.2.2.10 O direito sucessório e as liberalidades entre parentes próximos	1083
8.2.3 A filiação materna	1084
8.2.3.1 Introdução	1084
8.2.3.2 Contestação da maternidade	1086
8.2.3.3 Contestação da maternidade em caso de fecundação in vitro e transferência embrionária	1086
8.2.3.4 Reconhecimento voluntário pela mãe	1089
8.2.3.5 Reconhecimento por mandatário	1090
8.2.3.6 Reconhecimento de filho concebido e de filho já morto ...	1092
8.2.3.7 Formas de reconhecimento	1093
8.2.3.8 Guarda do filho reconhecido e consentimento deste	1094
8.2.3.9 Reconhecimentos sucessivos e contestação do reconhecimento materno	1094
8.2.3.10 É preciso ter capacidade civil para o ato de reconhecimento?	1095
8.2.3.11 Ação de investigação de maternidade	1098
8.2.4 A filiação paterna	1098
8.2.4.1 Presunção de paternidade	1098
8.2.4.2 Contestação de paternidade	1099
8.2.4.3 Partes legítimas para propor a ação de contestação ou negação de paternidade	1100
8.2.4.4 Prazo para a propositura da ação de negação	1103
8.2.4.5 Ação de contestação de paternidade na hipótese de fecundação artificial	1103
8.2.4.6 Provas na ação de contestação da paternidade	1105
8.2.4.7 A contestação da paternidade por simples denegação	1107
8.2.4.8 Reconhecimento paterno	1108
8.2.4.9 Reconhecimento de filho concebido, reconhecimento pré-concepção e reconhecimento post mortem	1108
8.2.4.10 Formas de reconhecimento paterno	1109
8.2.5 Ações relativas à filiação	1114
8.2.5.1 Partes legítimas e natureza da ação	1114
8.2.5.2 Prazo prescricional	1115
8.2.5.3 Foro competente	1116
8.2.5.4 A questão probatória	1116
8.2.5.5 O tratamento do exame de DNA pelo direito brasileiro e pelo direito comparado	1117
8.2.5.6 Poder do juiz para ordenar a realização de exame genético para fins de estabelecimento da filiação biológica	1120

8.2.5.7 Eficácia da sentença na ação de prova da paternidade	1125
8.2.6 Da adoção	1125
8.2.6.1 Noções sobre adoção	1125
8.2.6.2 Conceito e características da adoção	1126
8.2.6.3 Ação de adoção	1129
8.2.6.4 Juízo competente para conhecer da ação de adoção	1132
8.2.6.5 Natureza da sentença e inscrição no registro civil	1132
8.2.7 Os efeitos da filiação, alimentos e poder familiar	1134
8.2.7.1 Igualdade de todos os filhos	1134
8.2.7.2 Autoridade familiar	1136
8.2.7.3 Atribuição do nome	1138
8.2.7.4 Nome e direito à identidade	1138
8.2.7.5 A igualdade entre os cônjuges ou companheiros e o nome de família	1139
8.2.7.6 Sucessão dos filhos	1140
8.2.7.7 Dos alimentos	1140
8.2.7.8 Impedimentos matrimoniais	1144
8.2.7.9 O direito do filho de conhecer suas origens	1144
8.2.8 Bem de família	1145
8.2.8.1 Noção de bem de família	1145
8.2.8.2 Requisitos para instituição do bem de família	1147
8.2.8.3 Núcleo familiar	1147
8.2.8.4 Objeto do bem de família	1148
8.2.8.5 Quem pode instituir e formas de instituição do bem de família	1151
8.2.8.6 Instituição do bem de família	1152
8.2.8.7 Administração do bem de família	1154
8.2.8.8 Alienação do bem de família	1154
8.2.8.9 Cancelamento ou revogação do bem de família	1155
8.3 Da união estável	1156
8.3.1 Introdução	1156
8.3.2 Conceito de união estável	1157
8.3.3 União estável e concubinato	1159
8.3.4 Requisitos para a união estável	1161
8.3.4.1 Convivência	1161
8.3.4.2 Ausência de formalismo	1162
8.3.4.3 Diversidade de sexos	1163
8.3.4.4 Unicidade de vínculo	1163
8.3.4.5 Estabilidade	1163
8.3.4.6 Continuidade	1164
8.3.4.7 Publicidade	1164
8.3.4.8 Finalidade de formação de família	1165
8.3.4.9 Inexistência de impedimentos matrimoniais	1165
8.3.5 Prova da união estável	1166

8.3.6 Efeitos patrimoniais da união estável	1166
8.3.6.1 O regime legal: a comunhão parcial de bens	1167
8.3.6.2 Administração dos patrimônios	1168
8.3.6.3 Demais regimes patrimoniais	1169
8.3.7 O “contrato de convivência”: natureza jurídica, elementos e registrabilidade	1169
8.3.7.1 Elementos do “contrato” de convivência	1170
8.3.7.2 Registrabilidade do acordo de convivência	1172
8.3.8 União estável e seguro de vida	1175
8.3.9 O bem de família e a união estável	1177
8.3.10 Sucessão do companheiro	1178
8.3.11 Sucessão do companheiro casado e separado de fato	1181
8.3.12 Regimes de proteção social dos companheiros	1182
8.3.13 Dissolução da união estável	1183
8.4 Dos institutos de assistência: tutela e curatela	1186
8.4.1 Introdução	1186
8.4.2 Da tutela	1187
8.4.2.1 Espécies de tutela	1188
8.4.2.2 Curador especial para administração da herança	1188
8.4.2.3 Pessoas incapazes de exercer a tutela	1188
8.4.2.4 Escusa dos tutores	1189
8.4.2.5 Do exercício da tutela	1190
8.4.2.6 Cessação da tutela	1190
8.4.3 Curatela	1191
8.4.3.1 Pessoas que devem promover a interdição	1192
8.4.3.2 Efeitos da sentença que declara a interdição	1192
8.4.3.3 Curador	1193
8.4.3.4 Curatela do nascituro, do enfermo ou portador de deficiência física	1194

Capítulo 9 – DIREITO DAS SUCESSÕES

9.1 Da sucessão em geral	1195
9.1.1 Disposições gerais	1195
9.1.1.1 Abertura da sucessão	1195
9.1.1.2 O direito de “saisine”	1196
9.1.1.3 Espécies de sucessão: legítima e testamentária	1197
9.1.1.4 Sucessão a título universal e sucessão a título singular ...	1198
9.1.1.5 Lugar da abertura da sucessão	1198
9.1.2 Da herança e sua administração	1199
9.1.2.1 Unidade e indivisibilidade da herança	1199
9.1.2.2 Responsabilidade dos herdeiros	1200
9.1.2.3 Cessão dos direitos hereditários	1200
9.1.2.4 Forma da cessão de direitos hereditários	1201

9.1.2.5 A cessão de bens certos e determinados	1202
9.1.2.6 Direito de preferência dos herdeiros	1203
9.1.3 Da legitimação para suceder	1204
9.1.3.1 Introdução	1204
9.1.3.2 A legitimidade do nascituro	1205
9.1.3.3 Legitimação para suceder por testamento	1205
9.1.3.4 Falta de legitimação na sucessão testamentária	1206
9.1.4 Aceitação e renúncia da herança	1207
9.1.4.1 Aceitação	1207
9.1.4.2 Renúncia	1208
9.1.4.3 Irrevogabilidade da renúncia e da aceitação	1209
9.1.5 Indignidade	1209
9.1.5.1 Conceito de indignidade	1209
9.1.5.2 Efeitos da exclusão por indignidade	1210
9.1.5.3 Validade dos atos de disposição praticados pelo indigno ou por herdeiro aparente	1211
9.2 Da sucessão legítima	1212
9.2.1 Da vocação dos herdeiros legítimos	1212
9.2.1.1 Vocação hereditária	1212
9.2.1.2 Sucessão do descendente	1213
9.2.1.3 Sucessão do ascendente	1215
9.2.1.4 Sucessão do cônjuge sobrevivente	1215
9.2.1.5 Sucessão do companheiro	1216
9.2.1.6 Sucessão dos colaterais	1217
9.2.2 Dos herdeiros necessários	1217
9.2.2.1 Noção	1217
9.2.2.2 Clausulação da legítima: as cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade	1218
9.2.2.3 Espécies de cláusulas restritivas	1220
9.2.2.4 Cláusulas restritivas e doação	1221
9.3 Sucessão testamentária	1221
9.3.1 Introdução à sucessão testamentária	1221
9.3.1.1 Sucessão testamentária: noção	1221
9.3.1.2 Do testamento	1222
9.3.1.3 Características do testamento	1223
9.3.1.4 Anulação do testamento	1228
9.3.1.5 Capacidade de testar	1230
9.3.1.6 Do codicilo	1232
9.3.1.7 Legado	1233
9.3.2 Testamentos ordinários	1234
9.3.2.1 Formas de testamentos ordinários	1234
9.3.2.2 Testamento público	1234
9.3.2.3 Testamento cerrado	1239
9.3.2.4 Testamento particular	1244

9.3.3 Testamentos especiais	1246
9.3.3.1 Formas de testamentos especiais	1246
9.3.3.2 Testamento marítimo	1247
9.3.3.3 Testamento aeronáutico	1248
9.3.3.4 Testamento militar	1248
9.3.3.5 Testamento nuncupativo	1249
9.3.4 Das disposições testamentárias	1249
9.3.4.1 Cláusulas do testamento	1249
9.3.4.2 Nomeações condicionais	1250
9.3.4.3 Nomeação por certo motivo e para certo fim ou modo ...	1251
9.3.4.4 A proibição de imposição de termo	1252
9.3.4.5 Interpretação da cláusula testamentária	1252
9.3.4.6 Invalidade das cláusulas testamentárias	1253
9.3.4.7 Disposições nulas	1253
9.3.4.8 Regras gerais sobre as disposições testamentárias	1256
9.3.5 Dos legados	1258
9.3.5.1 Introdução	1258
9.3.5.2 Espécies de legado	1259
9.3.5.3 Dos efeitos do legado e do seu pagamento	1261
9.3.5.4 Entrega do legado	1264
9.3.5.5 Caducidade do legado	1264
9.3.6 Do direito de acrescer e das substituições	1266
9.3.6.1 Direito de acrescer	1266
9.3.6.2 Da substituição vulgar ou direta	1267
9.3.6.3 Fideicomisso ou substituição fideicomissária	1269
9.3.6.4 Fideicomisso de 3.º grau e substituição recíproca	1271
9.3.6.5 Fideicomisso e doação	1272
9.3.7 Da deserdação	1272
9.3.7.1 Noções gerais	1272
9.3.7.2 Causas da deserdação	1273
9.3.7.3 Efeitos da deserdação	1274
9.3.8 Da redução das disposições testamentárias e da revogação do testa- mento	1275
9.3.8.1 Redução das disposições testamentárias	1275
9.3.8.2 Revogação do testamento	1277
9.3.8.3 Repristinação do testamento revogado	1279
9.3.8.4 Revogação do testamento cerrado	1279
9.3.8.5 Rompimento do testamento	1280
9.3.8.6 Aparecimento de descendente sucessível e que sobreviva ao autor da herança	1280
9.3.8.7 Rompimento do testamento feito na ignorância de existirem outros herdeiros necessários	1282
9.3.8.8 Do testamenteiro	1282
9.4 Do inventário e partilha	1283
9.4.1 Inventário	1283

9.4.1.1	Obrigatoriedade do inventário e arrolamento	1285
9.4.1.2	Início do inventário	1285
9.4.1.3	Do: sonegados	1286
9.4.1.4	Do pagamento das dívidas	1287
9.4.1.5	Da colação	1287
9.4.1.6	Pessoas obrigadas a colacionar	1289
9.4.1.7	Reposição do bem ou reposição do valor?	1290
9.4.1.8	Dispensa da colação	1291
9.4.2	Da partilha	1293
9.4.2.1	Preparo da partilha: recolhimento do imposto <i>causa mortis</i> ...	1294
9.4.2.2	Da deliberação da partilha	1294
9.4.2.3	Classificação da partilha	1294
9.4.2.4	Requisitos da partilha	1295
9.4.2.5	Julgamento da partilha	1296
9.4.2.6	Sobrepilha	1297
9.4.2.7	Da garantia dos quinhões hereditários	1297
9.4.3	Inventário e partilha por via administrativa	1298
9.4.3.1	Requisitos	1298
9.4.3.2	Abertura do inventário	1300
9.4.3.3	Incidência de tributos	1301
9.4.3.4	Conteúdo da escritura	1301
9.4.3.5	Invalidade da escritura e notário competente para sua lavratura	1303